



# Inovações contabilísticas e eficácia fiscal – Portugal, século XVIII

Rita Martins de Sousa  
APHES/ GHES– ISEG– UL

- ▶ **Tema:** Inovações contabilísticas na esfera pública.
- ▶ **Objetivo:** conhecer a forma como o Estado elabora o controlo sobre si próprio.
- ▶ **Problemática:** relacionar a contabilidade com a eficiência da fiscalidade, sendo que na esfera pública a construção do *Estado fiscal* não se pode realizar sem inovação e eficácia contabilística.

➤ **Motivação:**

- linhas de investigação recentes têm procurado reescrever a história dos Estados modernos conferindo destaque ao caráter estratégico das escolhas das técnicas contabilísticas, assim como aos grupos de interesse envolvidos (Anne Dubet e Marie-Laure Legay, 2011);
- aplicar estas linhas orientadoras ao estudo da contabilidade pública em Portugal.

- **Tese a demonstrar:** as técnicas contabilísticas adotadas e o controlo da gestão financeira incidu sobretudo nas atividades geradoras de receitas importantes para o Estado, inserindo-se na passagem de um Estado predominantemente patrimonial para um Estado predominantemente fiscal.

= carece de um projeto de investigação a mais longo prazo =

- **Ponto de partida temporal: meados do século XVIII**
- Erário Régio (1761) – a escolha de um modelo de centralização como forma de aumentar a eficiência administrativa / a unidade orçamental e contabilística

No entanto ....

- ▶ A Junta de Administração dos Depósitos Públicos já com inovações na escrita contabilística

**Capítulo IV** – “Para maior clareza, e facilidade das sobreditas conferencias, e balanços, haverá em cada Cofre tres livros separados a saber: hum livro de entrada: outro de saídas: *e o terceiro será de razão, ou de caixa, segundo a frase mercantil*” [...] E nos de razão ou de caixa carregarão o que os Cofres *deverem* por entrada, e houverem *de haver* por saída, em termos concisos, e *fórma mercantil*, para que todos os dias se possa saber o que se acha em cada hum dos sobreditos Cofres.”

(Alvará de 21 de Maio de 1751; sublinhados nossos)

# Estado patrimonial

	1762-76	1797-1803
Receitas da coroa a preços de 1750(contos de réis)	4 891	3567
Receitas das alfândegas (%)	25	38
<b>Receitas patrimoniais (%)</b>	41	25
Receitas da décima (%)	12	9

Fonte: Jorge Braga de Macedo, Álvaro Ferreira da Silva, Rita Martins de Sousa (1998).

# Estado patrimonial

1762-76	Valor (contos)	Média Anual (contos)
Alfândegas e consulados	18 919	1 261
Tabaco	13 310	887
<b>Ouro</b>	11 055	737
Décima	8 725	582

Fontes: Receitas públicas, Fernando Tomaz (1988).

- ▶ Medidas implementadas?

## RECEITAS

- Fiscalidade sobre o ouro
- Reforma da décima

- ▶ **Novas configurações de registo**

- 1. **Fiscalidade sobre o ouro**

- 1.1. **Mapas de registo do ouro de cada capitania**

Mapas de controlo  
das receitas do ouro  
pertencentes à  
Real Fazenda

Relação das Cabeças pertencentes à Real Fazenda, que se seguem  
tem da Thesouraria Geral do Rio de Janeiro pela Bragata  
de Guerra São Paulo de que he' Comandante, o Coronel do  
Mar Gaspar Simbeiro da Camara Manoel, que chegou ao  
Porto desta Cidade em 5. de Julho de 1785. a

Capitania de Minas Geraes

Outro tempo

Rendimento do Quinto da Capitania de Minas  
Geraes, sem declarar o tempo a que pertence.

Borrachas

N <sup>o</sup> 23.	64	—	—	—
24.	64	—	—	—
25.	64	—	—	—
26.	64	—	—	—
27.	64	—	—	—
28.	64	—	—	—
29.	64	—	—	—
30.	64	—	—	—
31.	64	—	—	—
32.	64	—	—	—
33.	64	—	—	—
34.	64	—	—	—
35.	64	—	—	—
36.	2	5	3	36
41.	64	—	—	—
42.	64	—	—	—
43.	64	—	—	—
44.	64	—	—	—
45.	64	—	—	—

Capitania de Goyas

Ouro em pó

Rendim. do L. da Capitania de Goyas sem  
declarar o tempo a que pertence.

N<sup>o</sup> 38  
39

45<sup>o</sup> 7<sup>o</sup> 36<sup>o</sup>

45<sup>o</sup> 7<sup>o</sup> 36<sup>o</sup>

95<sup>o</sup> 6<sup>o</sup> 5<sup>o</sup> -

Rendim. do subsidio Literario, sem declarar  
o tempo a que pertence.

40

45<sup>o</sup> 3<sup>o</sup> -

Capitania do Rio de Janeiro

96<sup>o</sup> 3<sup>o</sup> 4<sup>o</sup> -

Ouro em pó

Rendim. do L. da Capitania do Rio de  
Janeiro, sem declarar o tempo a que pertence

55

50<sup>o</sup> 2<sup>o</sup> 5<sup>o</sup> 70<sup>o</sup> 4<sup>o</sup>

5763<sup>o</sup> 2<sup>o</sup> 67<sup>o</sup> 4<sup>o</sup>

Pinheiro

Capitania de Goyas

Pertence ao subsidio Literario, sem declarar o tempo a que pertence.

9667<sup>o</sup> 635<sup>o</sup>

Dois Caixotes com Diamantes

## 1.2. Casa da Moeda de Lisboa (Sousa, 2006 e 2011)

→ Em 1761 considera-se difícil apurar e controlar receitas e em determinar de forma exata os ganhos da Fazenda Pública.

→ A utilização de práticas contabilísticas de partidas simples.

- ▶ 1761– 1773 – Indefinição do método contabilístico

- 1761–1769 => livros da *Ementa* e *Receita* com algumas alterações que permitiram um maior controlo do percurso dos metais preciosos na Casa da Moeda

- ▶ 1769–1773 => coexistência dos livros da *Ementa* e da *Receita* com os livros *Diário* e *Mestre* (decreto de 2 de outubro de 1769)
- ➔ Manoel Ignacio Bernardes é nomeado para o ofício de Escrivão da Conferência da Casa da Moeda
- escribir toda a receita e despesa pelo método mercantil, ou das partidas dobradas, e praticado no Real Erário, para que se possa *saber sempre o estado financeiro daquela repartição* e isto “sem dependência das escriturações antigas praticadas pelos outros oficiais, que por hora se ficarão praticando enquanto eu não der outra providência”

- ▶ 1773 – (...) – partidas dobradas

- Decreto de 16 de Março de 1773

- Conselho da Fazenda considera ter faltado até então método na escrituração dos livros e nas contas da Casa da Moeda, **impossibilitando o controlo contabilístico daquela oficina monetária.**

– Decreto omissso na especificação dos livros a utilizar:

“(...) que sejam carregados em Receita Diariamente *no livro para esse effeito destinado*, a medida que se fiser a liquidação do producto de cada partida dos ditos metaes, que se fundir, fabricar, e cunhar em moeda.”

- ▶ 1) Livros de *Entrada e Saída* dos diversos metais amoedados (ouro, prata, cobre)





## 2) Livros de *Receita e Despesa Geral*

- Escrituradas receitas e despesas relativas à compra e venda de metais em fólios de Deve e Haver e com remissão perfeita e articulação com os restantes livros

## 3) Livros da *Receita e Despesa do Rendimento Próprio*

- Computado o rendimento líquido a ser entregue ao Real Erário

### ▶ 1.3. Brasil

- A criação das Juntas da Real Fazenda
- Alteração das práticas contabilísticas (Marcos Carneiro de Mendonça, 1968)

Capitania da Baía em 1765

Capitania do Rio de Janeiro e Tesouraria Geral do Rio em 1768

- ▶ **Especialização de funções**
- ▶ Ofícios da Fazenda passam a ter um caráter amovível e transitório e a serem providos por mérito e responsabilidade pelo desempenho profissional (Subtil, 2004)
- ▶ A extinção do ofício de Escrivão da Receita e Despesa da Casa da Moeda (1791)
  - Deixam de ser “filhos de bons Homens, e fieis, e de bom saber” e passam a ser os formados na Aula do Comércio.

- ▶ **Análise comparativa – um esboço ...**
- CASTELA: introdução pelo Conselho da Fazenda do método das partidas dobradas em 1592, apesar da *Casa de La Contratación* utilizar desde 1555 aquele método para contabilizar origem e destino dos tesouros americanos (Rafael Donoso Anes, 1996).
- ÁUSTRIA: reforma da administração das finanças e da contabilidade datam de 1761 (Stéphanie Flizot, 2011).

## Considerações finais:

- Traços gerais das receitas

... para desenvolver ....

- Assegurar a boa arrecadação das receitas públicas implicava um controlo da gestão financeira das entidades responsáveis pela coleta, ou seja, controlar o bom emprego dos fundos públicos / controlo da despesa.

– a discussão de finais do século XVIII

... estudo por fazer ...